

Por Sophie Abraham (*)

O Nepal é um dos países mais propensos a catástrofes no mundo. Os terremotos de magnitude 7,8 e 7,3 que atingiram recentemente a região marcaram o pior desastre natural em mais de 80 anos e deixaram evidente a vulnerabilidade do país. Embora as perdas econômicas ainda estejam em fase de avaliação, a destruição que o mundo testemunhou enfatiza um problema que o país precisa discutir com urgência: a insuficiência crônica de seguros está essencialmente ligada aos riscos que a situação se apresenta.

Segundo recente relatório feito pela Universidade nepalesa de Pokhara, estima-se que a taxa de penetração de seguro de vida e dos considerados de ‘não-vida’ no país em 2009/2010 era baixa, cerca de 2,77% e 1,84%, respectivamente.

Tais níveis insuficientes de seguros em áreas conhecidas pelo alto grau de exposição a riscos de catástrofes não são mais sustentáveis. É cada vez mais crescente ver a indústria de seguros, especialmente do setor financeiro, trabalhar em conjunto com representantes políticos e com a comunidade científica para encontrarem uma solução prática.

Estima-se que somente o primeiro terremoto possa ter causado US\$ 3,5 bilhões em perdas econômicas até o momento. Apenas uma fração desse valor será coberto pelas seguradoras, como no caso da GIC Re, a maior seguradora do Nepal, que está arcando com parte do ônus das perdas seguradas.

A questão que agora se prolonga para o governo do Nepal é se esse terremoto desencadeará uma mudança de cultura e comportamento muito necessária na forma como o país considera questões sobre gestão de riscos. De acordo com o Relatório de 2015 de Avaliação Global sobre a Redução do Risco de Desastres (WCDRR), o Nepal ocupa um lugar de destaque entre os países cujo governo não tem reservas financeiras ou acesso a financiamento de contingência que permita a absorção de prejuízos, de recuperação e reconstrução após desastres. Se colocarmos de outra forma, o Nepal não tem capacidade financeira para absorver perdas que tenham impacto de 1 a 100 anos, que necessitem de valores estimados entre US\$ 928 e US\$ 3,3 milhões.

Com a ideia de arcar com valores tão surpreendentes, evitando colocar ainda mais pressão sobre a capacidade do sistema humanitário em fornecer ajuda de emergência, um pool de representantes do Sul da Ásia, seguindo a linha da organização ‘African Risk Capacity’, se uniu para buscar uma solução prática para ajudar os Estados membros a se preparar e responder melhor aos terremotos e outras catástrofes naturais na região.

A reunião do WCDRR culminou com a adoção do Programa Sendai para Redução do Risco de Desastres, que foi assinado por 187 estados membros da ONU e será a espinha dorsal da política internacional de resistência às catástrofes durante os próximos 15 anos.

Espera-se que com a atenção da comunidade internacional e as medidas que estão sendo tomadas para aumentar a consciência do risco e equipar melhor os países, organizações e cidadãos para lidar com a exposição ao risco de catástrofe, o próximo desastre não venha a causar tanta destruição na vida de pessoas e meios de subsistência.

(*) Sophie Abraão é Analista para Prática de Política, Ciência e Capital da Willis Group, em Londres. Ela trabalha em estreita colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR) e os setores financeiros e privados desenvolvendo e incorporando elementos de negócios para a concepção do “Quadro de Ação de Hyogo”, um quadro global para a redução do risco de desastres adotado por Estados-Membros das Nações Unidas. Seu objetivo

primordial é construir a resiliência das nações e comunidades para catástrofes, conseguindo redução substancial de perdas de desastre.

Fonte: VIRTA, em 19.06.2015.